

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO E
INSERÇÃO DOS SUJEITOS NA SOCIEDADE**

*Odair Ledo Neves
Romário Pereira de Carvalho
Jean Carlos Ferreira Dourado*

Resumo

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca da Educação de Jovens e Adultos e o processo de inserção destes sujeitos na sociedade. Para tanto, fazemos uso de uma abordagem de natureza crítica e reflexiva por meio de um levantamento bibliográfico sobre a modalidade EJA, discutindo que ela é oriunda de fatores políticos de exclusão e de opressão, institucionalizados sob a hegemonia de determinados grupos sociais. O estudo aponta, ainda que de forma provisória, que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é que se começa a consolidar políticas de reparação e inserção dos jovens e adultos na sociedade.

Palavras-chave: Modalidade EJA. Abordagem crítica. Participação social.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino voltada para o atendimento às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria, ou que tiveram os seus estudos interrompidos por diversos motivos. Neste sentido, essa modalidade se caracteriza como uma política social, considerando o contexto no qual foi implementada e os objetivos propostos. Vale lembrar que essa política é consequência de um sistema excludente e opressor, constituído sob uma concepção hegemônica que desencadeou prejuízos inestimáveis e irreparáveis a uma parcela significativa de cidadãos brasileiros, ao negar o direito de frequentar à escola, de participar das decisões de cunho político, social e cultural, tornando-os sujeitos invisíveis e ignorados pelo poder público.

Neste aspecto, a Educação de Jovens e Adultos no nosso país foi pensada inicialmente como ferramenta para reduzir as mazelas sociais, concomitantemente a outras medidas tomadas para esse fim, evidenciando, por conseguinte, a caracterização da EJA como uma política social de reparação dos danos causados pelo desmazelo do sistema político vigente.

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca da Educação de Jovens e Adultos e o processo de inserção destes sujeitos na sociedade. Por meio de uma abordagem qualitativa e uma pesquisa bibliográfica fazer uma reflexão crítica embasando-se em referenciais teóricos sobre o processo histórico, perspectivas e concepções da EJA ao longo do tempo.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é oriunda de fatores políticos de exclusão e de opressão, institucionalizados sob a hegemonia de determinados grupos sociais, que por sua vez desencadeou prejuízos de difícil reparação ou até mesmo irreparáveis, tendo em vista que uma parcela da sociedade não pode ter acesso à escolarização na idade apropriada nem tampouco posteriormente, uma negação social do direito dos sujeitos da EJA.

Antes de se pensar numa Educação para Jovens e Adultos, pensou-se uma Educação – em curto prazo – para adolescentes e adultos no início da década de 1940, naquele período, a compreensão era que o analfabetismo gerava pobreza e marginalização, além da privação de participação nas decisões de responsabilidade política e social da sociedade. Esse projeto de alfabetização foi interrompido, mas o entendimento de que os adultos não precisavam ser alfabetizados começou a ser superado, persistindo ainda o desprezo pela educação de jovens e adultos, por considerar a sua educação uma ameaça à ordem social.

Diante do exposto, no final da década de 1950, surge a visão de uma nova pedagogia, proposta de Paulo Freire, educação como base a vivência e realidade do aluno e sua emancipação, reconhecendo-se como sujeito da sua própria história. Freire foi encarregado de desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos, sendo impedido de exercê-lo pela institucionalização do regime militar em 1964. Posteriormente, Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando apenas a alfabetização funcional de pessoas de 15 a 30 anos de idade (HADDAD; PIERRO, 2000).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, reconheceu o direito dos Jovens e Adultos à educação e pouco tempo depois foi implantado o Centro de Estudos Supletivos (CES), que possibilitava a aceleração dos estudos por meio de um ensino superficial e tecnicista. Na década de 1980 amplia-se os estudos voltados para a alfabetização de Jovens e Adultos, e

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

com a Constituição de 1988, a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para todos. A EJA, por sua vez, se tornou tema de debate mundial, e no Brasil surge uma mobilização nacional a fim de estabelecer metas e ações para essa modalidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº. 9394/96 garante o acesso e a permanência na escola de forma equitativa; a defesa de um ensino de qualidade e outros parâmetros capazes de promover o desenvolvimento da Educação brasileira com base nos princípios da igualdade, estabelecendo também a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental àqueles que foram privados de acessá-lo nas idades próprias (BRASIL, 1996).

A Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de inserção e/ou reinserção desse público no mercado de trabalho, e, para tanto, outras políticas educacionais são implementadas, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), possibilitando a formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como a formação profissional técnica de nível médio. Assim, continua-se a ampliar os debates e estudos/pesquisas sobre a EJA, em função das mudanças porque passa a sociedade contemporânea.

Freire (1999), defendia uma educação crítica, voltada para a decisão, para a responsabilidade política e social, em que o ser humano seja capaz de reconhecer-se como sujeito de construção e/ou reconstrução de sua própria história. Nesse sentido, o ensino voltado para a EJA precisa ser embasado na concepção emancipatória e crítica, para assegurar aos sujeitos da EJA a inserção na sociedade, que inclui participação social, política, cultural e outras. Do ponto de vista do trabalho com esse público espera-se que as ações sejam para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e participação social; seja considerada as suas peculiaridades e seja valorizado os saberes decorrentes da experiência/vivência sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas para o desenvolvimento do presente trabalho possibilitaram a compreensão do processo histórico da EJA, as perspectivas e concepções dessa educação ao longo desse processo. Nesse sentido, percebemos o desprezo da classe dominante para com a classe dos jovens e adultos pobres e analfabetos, que por vezes ficaram à margem da sociedade,

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

o que ocasionou uma dívida histórica do Estado com os sujeitos da EJA. A partir da LDB tem-se consolidado políticas de reparação e inserção desses jovens e adultos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Odair Ledo Neves

Doutorando em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro do grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da cidade – GEPEMDECC. **Professor da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho-BA. E-mail: odairln@yahoo.com.br**

Romário Pereira Carvalho

Mestrando em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). Membro do Grupo de Estudos Etnicidades, Relações Raciais. Professor da rede municipal de ensino de Ruy Barbosa. E-mail: romariouneb@hotmail.com

Jean Carlos Ferreira Dourado

Pedagogo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Professor da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho-BA. E-mail: jeanserra79@yahoo.com.br